



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PETIÇÃO Nº 14436 - SP (2021/0223459-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**REQUERENTE** : **RAYMOND ROSENBERG**  
**ADVOGADOS** : **MAURO ROSNER E OUTRO(S) - SP107633**  
: **RICARDO FADUL DAS EIRAS - SP216760**  
: **GIULIA DE FELIPPO MORETTI DORNELLAS - SP356931**  
**REQUERIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CORRÉU** : **JORGE CESAR GOMES DE FIGUEIREDO**  
**CORRÉU** : **CESAR PEDUTI NETO**  
**CORRÉU** : **HELOISA ALIANDRO BARROS**  
**CORRÉU** : **VIVIANE BARROS PEDUTI CUNHA**

### **DECISÃO**

Cuida-se de medida cautelar apresentada por RAYMOND ROSENBERG em que requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão da 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (fl. 25):

ABSOLVIÇÃO SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO - Pretensão da Assistente do Ministério Público Falta de interesse Não conhecimento do apelo. Absolvição Sumária. Inconformismo ministerial e do assistente de acusação: Viabilidade. Decisão cassada.

Interposto recurso especial, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente sustenta que a determinação de prosseguimento da ação penal por atos nitidamente atípicos contrariou os arts. 13 e 148, § 1º, II, do Código Penal.

Contrarrazões apresentadas às fls. 63-87.

O recurso especial foi parcialmente admitido (fls. 61-62), tendo sido distribuído à Sexta Turma deste Superior Tribunal de Justiça.

Nesta petição, foi requerida a concessão de efeito suspensivo ao reclamo, diante da "iminente possibilidade de prosseguimento da ação penal, visto que, nas instâncias ordinárias, o Ministério Público pleiteia a baixa dos autos à primeira instância, para cumprimento do que foi decidido no acórdão recorrido, o que foi deferido pelo d. Presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP" (fl. 4).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Não se antevê, no presente juízo de cognição sumária, a presença concomitante dos requisitos necessários à concessão da medida cautelar.

Assinala-se que a concessão de efeito suspensivo a recurso especial e a agravo em recurso especial, bem como aos recursos interpostos internamente perante esta Corte, demanda a demonstração inequívoca do *periculum in mora*, evidenciado pela urgência da prestação jurisdicional a fim de evitar dano de difícil ou incerta reparação, e do *fumus boni iuris*, consistente na probabilidade do direito alegado, capaz de denotar a possibilidade de êxito do recurso especial.

Tal o quadro delineado, ao menos em juízo perfunctório, revela-se inexistente o perigo na demora, pois o requerente não trouxe nenhum ato concreto que poderia vir a causar dano irreparável ou de difícil reparação, com o eventual prosseguimento da ação penal.

Vejam-se precedentes:

O risco de dano apto a lastrear a medida cautelar (*periculum in mora*), analisado objetivamente, deve revelar-se real e concreto, não sendo suficiente, para tal, a mera conjectura de riscos, tal como delineado pelo requerente em suas razões. Precedentes. (AgRg na MC n. 25.391/MS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/2/2016.)

AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE, DESDE QUE DEMONSTRADOS O FUMUS BONI IURIS E O PERICULUM IN MORA. POSSIBILIDADE DE ÊXITO RECURSAL. AUSÊNCIA. PANDEMIA. COVID19. IGUALDADE ENTRE AS PARTES. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDO.

1. Em hipóteses excepcionais, é possível a atribuição de efeito suspensivo a recurso especial, para tanto, porém, é necessária a demonstração do *periculum in mora* e a caracterização do *fumus boni iuris*.

2. A influência cruel e inclemente da pandemia do COVID19 não deve ser considerada somente à luz da pretensão da agravante. Art. 7º do CPC/15.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no TP n. 2708/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 22/6/2020, DJe de 25/6/2020.)

Ausente, pois, um dos requisitos, fica inviabilizada a concessão da presente medida de urgência.

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente